



ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

# JORNAL OFICIAL

Edição nº 983 - Extra | Ano 13 | Sexta-feira, 29 de outubro de 2021 | Distribuição Gratuita





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
PODER LEGISLATIVO



Art. 6º As faltas injustificadas serão computadas para fins de redução ou perda do abono, observada a seguinte proporção:

I- de 05 (cinco) a 15 (quinze) dias: redução de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do abono;

II- de 16 (dezesseis) a 30 (trinta) dias: redução de 50% (cinquenta por cento) do valor do abono;

III- de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias: redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do abono.

Art. 7º Não se concederá o abono ao servidor cujos afastamentos e faltas injustificadas forem superiores a 60 (sessenta) dias durante o exercício.

Art. 8º O abono será pago na mesma conta bancária vinculada à Folha de Pagamento do servidor que fizer jus, em depósito bancário distinto da remuneração.

Art. 9º Os abonos tratados por esta Lei não se incorporam à remuneração para qualquer efeito, ficando excluída a incidência de desconto previdenciário sobre os mesmos.

Art. 10. Fica dispensada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro a que se refere o artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, uma vez que as despesas decorrentes desta Lei já estão previstas no orçamento

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ITAGUAÍ, 29 de outubro de 2021.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA  
PREFEITO

Autoria: Poder Executivo

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ  
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ  
T (21) 2688-1136 | F (21) 2688-1236

Página 3 de 3

## DECRETO Nº. 4.656, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021.

**ESTABELECE MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19, DURANTE OS DIAS 30 DE OUTUBRO DE 2021 A 12 DE NOVEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 99, VII, e 123, I, I, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, e

**CONSIDERANDO** a gravidade e a excepcionalidade da situação gerada em virtude da doença infecciosa viral respiratória Covid-19, causada pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2), que constituiu desastre biológico tipificado com o nº 1.5.1.1.0 pela Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), de proporções internacionais, nos termos da IN/MI nº 02/16;

**CONSIDERANDO** a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional realizada pela Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020;

**CONSIDERANDO** os termos da Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2), especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do

Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV);

**CONSIDERANDO** que o Município de Itaguaí decretou o estado de calamidade pública, por meio do Decreto nº 4.435, de 24 de março de 2020, prorrogado por outros decretos, em especial o Decreto nº 4.557, de 29 de janeiro de 2021;

**CONSIDERANDO** o reconhecimento pela Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia - SBPT e pela Organização Mundial de Saúde - OMS, quanto à eficácia do uso de máscara facial, como medida de redução da contaminação pelo Sars-CoV-2;

**CONSIDERANDO** a atual análise de risco epidemiológico emitida pela Secretaria Municipal de Saúde que classifica o Município de Itaguaí em nível de Risco Baixo - Sinalização Amarela;

**CONSIDERANDO** o número de leitos disponíveis para atendimento de pacientes diagnosticados com Covid-19 no Hospital Municipal São Francisco Xavier;

**CONSIDERANDO** que constitui infração toda a ação ou omissão às disposições emanadas do Governo Municipal no exercício de seu poder de polícia, nos termos do artigo 165 da Lei nº 1.710, de 16 de novembro de 1993, que institui o Código de Posturas do Município de Itaguaí;

**CONSIDERANDO** as regras previstas na Lei Municipal nº 3.922, de 23 de março de 2021, que autorizam a imposição de multa em razão das infrações administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao enfrentamento da emergência de saúde pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de observância irrestrita pela população em geral das medidas de prevenção à disseminação do novo Coronavírus, principalmente no tocante ao uso de máscaras, distanciamento social, higienização constante das mãos, não realização de reunião com aglomeração de pessoas, além da colaboração com os estabelecimentos no cumprimento das regras de prevenção à Covid-19 referentes a cada segmento de atividade;

**CONSIDERANDO** que as medidas restritivas poderão ser revistas a qualquer tempo, com base na situação epidemiológica do Município em relação à Covid-19;

## DECRETA:

**Art. 1º.** Este Decreto estabelece medidas temporárias para enfrentamento da Covid-19, no Município de Itaguaí, no período compreendido entre os dias 30 de outubro de 2021 a 12 de novembro de 2021.

**Art. 2º.** Fica mantida a obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados e em transportes públicos, permitindo-se a retirada apenas nos ambientes públicos abertos e sem aglomeração de pessoas.

**Art. 3º.** Fica vedada a permanência de indivíduos nas vias, áreas e praças públicas no horário de 02h00min às 05h00min.

**Art. 4º.** Ficam mantidas as medidas de distanciamento social, de higienização das mãos e demais restrições estabelecidas pelo Decreto nº 4.559, de 05 de fevereiro de 2021, que institui o Plano de Enfrentamento à Covid-19 no Município de Itaguaí, durante a vigência deste Decreto.

**Art. 5º.** Adotam-se as seguintes medidas emergenciais para redução do fluxo de circulação de pessoas, a fim de favorecer a contenção de transmissão do vírus no Município:

I – o horário de atendimento ao público da Prefeitura Municipal de Itaguaí será das 08h00min às 17h00min;

II – bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres limitando o atendimento ao público a 75% (setenta e cinco por cento) da sua capacidade de lotação. Autorizados os serviços de consumo de bebidas alcoólicas apenas para os clientes devidamente acomodados e sentados em mesas e cadeiras nas áreas internas e externas de até 04 (quatro) pessoas, respeitando o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio). O funcionamento deverá ser até as 02h00min para o efetivo encerramento do atendimento, com exceção do *delivery*, *take way* e *drive thru* que ficam sem limitação de horário. Fica vedada a venda de bebida alcoólicas em bancas de jornal, lojas de conveniência e afins, e a clientes em pé;

III – o comércio ambulante de produtos e serviços, inclusive o realizado em veículos motorizados (*food truck*), ficam autorizados até às 02h00min, onde o atendimento ao público, no caso de multiplicidade de clientes, será controlado pelo ambulante, com formação de fila de espera, respeitando o distanciamento interpessoal mínimo de 1,5m (um metro e meio);

IV – *shopping centers* e centros comerciais terão funcionamento em horário normal, com limite de 75% (setenta e cinco por cento) da sua capacidade total, inclusive nas lojas e praças de alimentação;

V – lojas de comércio de rua, incluindo galerias, estabelecimentos de prestação de serviços, consultórios, clínicas médicas e odontológicas terão funcionamento normal, com o uso das demais medidas de segurança, principalmente, respeitando o limite máximo de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade de atendimento;

VI – as praias e as cachoeiras permanecerão fechadas, autorizando os quiosques localizados na orla com as mesmas regras e restrições contidas no inciso II;

VII – clubes e parques permanecerão abertos, com limite de 75% (setenta e cinco por cento) da sua capacidade total, com o uso das demais medidas de segurança, limitado o funcionamento às 18h00min;

VIII – salões de festas poderão funcionar, com limite de 75%

(setenta e cinco por cento) da sua capacidade total, com o uso das demais medidas de segurança, com as pessoas devidamente sentadas em mesas e cadeiras nas áreas internas e externas de até 04 (quatro) pessoas, respeitando o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio), limitado o funcionamento às 02h00min. Ficam proibidas pistas de dança;

IX – os hotéis poderão funcionar, desde que as áreas de lazer permaneçam fechadas, e sejam adotadas as demais medidas de segurança;

X – templos religiosos, com limite de 75% (setenta e cinco por cento) da sua capacidade total, com o uso das demais medidas de segurança, limitado o funcionamento a 00h00min;

XI – academias, com limite de 75% (setenta e cinco por cento) da sua capacidade total, com o uso das demais medidas de segurança, limitado o funcionamento a 00h00min;

XII – fica autorizado o uso das áreas comuns dos condomínios tais como piscina, churrasqueira, uso da academia e salão de festas ficando condicionado o limite de 75% (setenta e cinco por cento) da sua capacidade total, respeitando o distanciamento interpessoal mínimo de 1,5m (um metro e meio);

XIII – proibida a circulação de ônibus de turismo e empresas na Ilha da Madeira;

XIV – o transporte coletivo municipal e intermunicipal circulará normalmente apenas com passageiros sentados, com uso das demais medidas de segurança.

**Parágrafo Único.** Em todos os casos, os equipamentos de som serão desligados a 00h00min.

**Art. 6º.** Fica determinada a instalação de barreiras nos bairros de Coroa Grande, Ilha da Madeira e Mazomba, impedindo a circulação de ônibus de turismo e do transporte coletivo como vans, Kombis ou semelhantes, contendo a circulação e aglomeração de pessoas.

**Art. 7º.** Fica autorizado o funcionamento da rede privada de ensino, tais como creches, escolas, estabelecimentos de ensino e congêneres.

**Art. 8º.** Constitui infração administrativa toda ação ou omissão contrária às disposições deste Decreto, do Código de Postura e demais legislações municipais, sendo obrigatória a notificação do infrator incurso nas sanções previstas pela legislação vigente, podendo acarretar a imposição de advertência, multa, interdição temporária ou interdição definitiva.

**Art. 9º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no período compreendido entre os dias 30 de outubro de 2021 a 12 de novembro de 2021.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

**(a) RUBEM VIEIRA DE SOUZA – Prefeito Municipal.**

